

geral

Paulo João do Norte



Documentos de Prestação de Contas

31 de dezembro de 2022




ALVALADE
junta de freguesia

WWW.JF-ALVALADE.PT // 218 428 370 // GERAL@JF-ALVALADE.PT

Nº	DESIGNAÇÃO	SNC-AP
	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
1	Balanço	NCP1
2	Demonstração de resultados por natureza	NCP1
3	Demonstrações das alterações no património líquido	NCP1
4	Demonstração de fluxos de caixa	NCP1
5	Anexo às demonstrações financeiras	NCP1
	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	
6	Demonstração do desempenho orçamental	NCP26
7	Demonstração de execução orçamental da receita	NCP26
8	Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP26
9	Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP26
10	Alterações orçamentais da receita	NCP26
11	Alterações orçamentais da despesa	NCP26
12	Alterações ao PPI	NCP26
13	Operações de Tesouraria	NCP26
14	Contratação administrativa - Situação dos contratos	NCP26
15	Contratação administrativa - Adjudicações por tipo de procedimento	NCP26
16	Transferências e subsídios - Receita	NCP26
17	Transferências e subsídios - Despesa	NCP26
	OUTROS DOCUMENTOS	
18	Declaração de compromissos plurianuais	-
19	Declaração de pagamentos em atraso	-
20	Declaração de recebimentos em atraso	-
21	Certificação legal das contas	-

Handwritten signature

1. Balanço



FREGUESIA DE ALVALADE

Balanço relativo a dezembro de 2022

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 820 122,03	2 020 864,36
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis		36 995,64	39 897,97
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		1 857 117,67	2 060 762,33
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		1,77	402 146,39
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		84 072,42	89 814,96
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		101 961,42	99 456,31
Diferimentos		3 090 302,61	3 294 685,72
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos		1 504 803,69	1 200 325,01
		4 781 141,91	5 086 428,39
Total Ativo		6 638 259,58	7 147 190,72
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido			
Património/Capital		6 210 639,49	6 210 639,49
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas		24 561,64	24 561,64
Resultados transitados		-330 291,65	153 637,30
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no Património Líquido		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-386 766,82	-483 928,95
Dividendos antecipados		0,00	0,00
Interesses que não controlam		0,00	0,00
Total Património Líquido		5 518 142,66	5 904 909,48
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	292,24
Fornecedores		0,00	0,00
		0,00	292,24
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis		13 318,80	31 110,00
Fornecedores		148 955,49	238 613,53
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		78 774,78	44 296,56
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	67 918,48
Outras contas a pagar		802 099,77	761 241,90
Diferimentos		76 968,08	98 808,53
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		1 120 116,92	1 242 281,24
Total Passivo		1 120 116,92	1 242 281,24
Total do Património Líquido e Passivo		6 638 259,58	7 147 190,72

2. Demonstração dos Resultados por natureza



FREGUESIA DE ALVALADE

Demonstração dos Resultados por natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Impostos, contribuições e taxas	11	263 533,07	224 400,32
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões	10	518 235,76	465 100,98
Transferências e subsídios correntes obtidos	11	4 787 751,45	6 882 754,89
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-3 044 064,23	-5 055 520,70
Gastos com pessoal	17	-2 443 418,42	-2 416 677,70
Transferências e subsídios concedidos		-266 666,72	-348 422,56
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Prestações sociais		0,00	-28 873,95
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		38 414,82	17 978,10
Outros gastos		-10 370,10	0,00
Resultados antes de depreciações e resultados financeiros		-156 584,37	-259 260,62
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-230 057,75	-224 739,43
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		-386 642,12	-484 000,05
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	71,10
Juros e gastos similares suportados		-124,70	0,00
Resultado antes de impostos		-386 766,82	-483 928,95
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-386 766,82	-483 928,95

3. Demonstração das alterações no património líquido



Freguesia de Alvalade

Demonstração das Alterações no Património Líquido

2022
dezembro

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											
		Capital / Património Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedent. de revalorizaç. o	Outras variações no Património Líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	6 210 338,49	0,00	0,00	0,00	24 561,64	152 637,30	0,00	0,00	-453 926,95	5 904 509,48	0,00	5 904 509,48
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização de excedentes de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e reservas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-453 926,95	0,00	0,00	453 926,95	0,00	0,00	0,00
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-368 796,62	-368 796,62	0,00	-368 796,62
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-368 796,62	-368 796,62	0,00	-368 796,62
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital / património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (1) + (2) + (3) + (5)	6 210 338,49	0,00	0,00	0,00	24 561,64	-350 289,65	0,00	0,00	-268 796,62	5 516 142,26	0,00	5 516 142,26

4. Demonstração de fluxos de caixa



Freguesia de Alvalade

Demonstração dos Fluxos de Caixa

2022
dezembro

Rúbricas	Notas	Períodos	
		2022	2021
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		874 623,11	2 052 677,86
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		5 176 605,38	4 839 124,16
Recebimentos de Utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-2 978 267,17	-4 888 523,64
Pagamentos ao pessoal		-1 415 985,09	-2 398 329,94
Pagamentos a contribuintes / utentes		0,00	0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-244 831,00	-314 225,11
Pagamentos de prestações sociais		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		1 412 045,23	-709 276,68
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-1 082 103,84	91 363,44
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		329 941,39	-617 913,24
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-25 462,71	-310 315,92
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Transferências de capital		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-25 462,71	-310 315,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		304 478,68	-928 229,16
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 200 325,01	2 128 554,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 504 803,69	1 200 325,01
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 200 325,01	2 128 554,17
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo da gerência que não constitui equivalente de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo da gerência anterior		1 200 325,01	2 128 554,17
De execução orçamental		782 954,10	1 837 229,70
De operações de tesouraria		417 360,61	291 324,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 504 803,69	1 200 325,01
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00
+ Parte do saldo da gerência que não constitui equivalente de caixa		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00
= Saldo para a gerência seguinte		1 504 803,69	1 200 325,01
De execução orçamental		1 129 212,52	782 964,40
De operações de tesouraria		375 591,17	417 360,61

5. Anexo às demonstrações financeiras

Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade

A informação relativa à entidade, período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras, encontra-se no Anexo I e o organograma no Anexo II.

As demonstrações financeiras estão de acordo com a NCP 1, que “estabelece a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidade geral (individuais e consolidadas), as componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública ou grupo público, assegurando a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades. Esta norma estabelece a estrutura e conteúdo do Balanço, da Demonstração dos Resultados por Naturezas, da Demonstração dos Fluxos de Caixa, da Demonstração das Alterações no Património Líquido e do Anexo. As demonstrações financeiras de finalidade geral são as que se destinam a satisfazer as necessidades de utilizadores que não estejam em posição de exigir relatórios elaborados para ir ao encontro das suas necessidades particulares de informação. Os utilizadores dessas demonstrações incluem cidadãos, membros do parlamento e do governo nos seus diversos níveis, financiadores, fornecedores, órgãos de comunicação social e trabalhadores. As demonstrações financeiras de finalidade geral incluem as que são apresentadas separadamente ou em conjunto com outros documentos públicos, nomeadamente relatórios de gestão, de natureza orçamental ou outra.”

1.2 Referencial contabilístico e Demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, nem significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

Derrogações de disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP, que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada nas demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As demonstrações financeiras são comparáveis com o exercício anterior.

c) Reclassificação de itens nas demonstrações financeiras

Não existiram reclassificações nas demonstrações financeiras.

d) Saldos significativos de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

e) Valores de caixa e depósitos bancários

O quadro seguinte apresenta a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes:

Conta	dez 2022		dez 2021	
Caixa		0,00		0,00
Depósitos à ordem		1 504 803,69		1 200 325,01
Depósitos bancários à ordem	1 504 803,69		1 200 325,01	
Outros depósitos		0,00		0,00
Depósitos a prazo	0,00		0,00	
Total		1 504 803,69		1 200 325,01

Nota 2- Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
2.1 Bases de mensuração

As demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os feitos das transações, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta a natureza da reclassificação, a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada e a razão para a reclassificação.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, que nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que foram exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Junta de Freguesia de Alvalade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Todos os bens são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de aquisição incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida. Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com a manutenção e reparação são registados como gastos no exercício em que decorrem. As depreciações são calculadas após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador Complementar 2- Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Conservação e manutenção de bens e espaços públicos que pertencem à Câmara Municipal de Lisboa

A lei n.º 56/2012, de 8 de novembro – Reorganização administrativa de Lisboa, vem estabelecer através o artigo 12º as novas competências próprias da Freguesia em consequência da reorganização administrativa de Lisboa. No âmbito das mesmas, a Freguesia efetua diversas intervenções, nomeadamente ao nível da conservação e manutenção de bens e espaços públicos que pertencem à Câmara Municipal de Lisboa, pelo que os dispêndios incorridos são registados como Gastos na Demonstração de Resultados e não como Ativos Fixos Tangíveis.

Ativos Fixos intangíveis

Os ativos fixos intangíveis estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado e de acordo com o Classificador Complementar 2- Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Os ativos e os passivos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- a) **ao custo ou custo amortizado**- Ativos e passivos financeiros que sejam à vista ou tenham uma maturidade definida e tenham associado um retorno fixo ou determinável e não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado. Nesta categoria incluem-se:
- Cientes, contribuintes e utentes e outras dívidas de terceiros- Os saldos são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
- Caixa e depósitos- Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros- Os saldos são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.
- b) **Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados**- Todos os ativos não incluídos na categoria anterior, são incluídos nesta categoria.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato e encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados. Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original. Para os financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato. As perdas por imparidade são registadas em resultados na rúbrica “Perdas por imparidade”, no período em que são determinadas. Se o montante da perda por imparidade diminuir subsequentemente, esta deve ser revertida por resultados e deve ser feita até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. Esta reversão é registada em resultados na rúbrica “Reversão de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios associados à posse dos mesmos. A entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são registadas quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado. É provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada ano de relato, é determinada tendo em atenção os riscos e incertezas associados a cada obrigação. Os Passivos contingentes correspondem a uma obrigação possível que decorre de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos, que não estão totalmente sob controlo da Entidade ou a uma obrigação presente que decorre de acontecimentos passados para a qual não é provável que seja exigido uma saída de recursos ou se a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados no Anexo, não sendo apresentados no Balanço da Entidade pois não cumprem os critérios de registo de Provisões. Os ativos contingentes surgem geralmente de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Se se tornar provável um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço, a entidade deve divulgar um ativo contingente. Os ativos contingentes devem ser avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos são apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras. Se se tornar praticamente certo que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade, o ativo e o rendimento relacionado devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorre.

Especialização dos exercícios

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Rendimentos de Transações com e sem contraprestação

As transações com contraprestação são transações pelas quais uma entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá diretamente em troca um valor aproximadamente igual (principalmente na forma de dinheiro, bens, serviços, ou uso de ativos) a uma outra entidade. As transações sem contraprestação são transações que não sejam transações com contraprestação. Numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação com contraprestação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos. Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo deve ser reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo.

2.3 Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício e bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Determinadas estimativas são consideradas críticas se: a natureza das estimativas é considerada significativa devido a níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que exista grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativa.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registros contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com as bases e políticas contabilísticas definidas pelo Sistema de Normalização Contabilística – Administrações Públicas. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

2.5 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram e se reconheceram nas demonstrações financeiras, refletem a evolução previsível da entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades, não sendo previsível qualquer alteração significativa neste enquadramento a curto prazo que possa por em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo exercício.

2.6 Alterações em estimativas contabilísticas

Não ocorreram alterações significativas em estimativas contabilísticas.

2.7 Erros materialmente relevantes

Não ocorreram erros materiais de períodos anteriores.

Nota 3- Ativos intangíveis

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2022 dos ativos intangíveis, está demonstrada nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 - Variação das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) - (2) - (3)	(5)	(6)	(7)	(8) = (5) - (6) - (7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação	58 912,65	19 014,68		39 897,97	60 609,87	23 614,23		36 995,64
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	58 912,65	19 014,68		39 897,97	60 609,87	23 614,23		36 995,64

Quadro 3.2 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revaloriz.	Reversões e Perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas de informação	39 897,97	1 697,22					-4 599,55		36 995,64
Propriedade industrial e intelectual									
Outros									
Ativos intangíveis em curso									
Total	39 897,97	1 697,22	0,00	0,00	0,00	0,00	-4 599,55	0,00	36 995,64

Quadro 3.2 A - Adições

RUBRICAS	Adições									Total (10) = (1) + (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9)
	Internas (1)	Compra (2)	Cessão (3)	Transferência ou troca (4)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (5)	Doação em Pagamento (6)	Locação Financeira (7)	Fusão, cisão, reestruturação (8)	Outras (9)	
Ativos intangíveis de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação		1 697,22								1 697,22
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total		1 697,22		0,00						1 697,22

Quadro 3.2B – Diminuições

Durante o ano de 2022 não foram efetuadas diminuições de ativos intangíveis.

Nota 4- Acordos de concessão de serviços: concedente

Não existem acordos de concessão de serviços.

Nota 5- Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível estão mensurados pelo seu custo.

A Junta de Freguesia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis- variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período			Final do período				
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(7)-(6)-(5)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Infraestruturas								
Património histórico, artístico e cultural	600,00			600,00	600,00			600,00
Bens de domínio público em curso								
	600,00			600,00	600,00			600,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	347 246,76			347 246,76	347 246,76			347 246,76
Edifícios e outras construções	1 657 687,44	521 669,64		1 136 017,80	1 657 687,44	574 631,00		1 083 056,44
Equipamento básico	659 476,57	461 985,92		197 490,65	673 579,73	546 236,27		127 343,46
Equipamento de transporte	280 637,07	132 933,73		147 703,34	280 637,07	167 884,78		112 752,29
Equipamento administrativo	226 277,85	114 738,90		111 538,95	235 337,54	150 128,82		85 208,72
Equipamentos biológicos				0,00				0,00
Outros	164 787,31	86 180,95		78 606,36	166 340,33	104 086,46		62 253,87
Ativos fixos tangíveis em curso	1 660,50			1 660,50	1 660,50			1 660,50
	3 337 773,50	1 317 509,14		2 020 264,36	3 362 489,37	1 542 967,34		1 819 522,03
Total	3 338 373,50	1 317 509,14		2 020 864,36	3 363 089,37	1 542 967,34		1 820 122,03

Quadro 5.1A - Ativos fixos tangíveis- Depreciações Acumuladas

Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial	Amortizações do exercício	Regularizações	Saldo final
Ativo Fixo Tangível				
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	521 669,64	52 961,36		574 631,00
Equipamento básico	461 985,92	84 250,35		546 236,27
Equipamento de transporte	132 933,73	34 951,05		167 884,78
Equipamento administrativo	114 738,90	35 389,93		150 128,83
Equipamentos biológicos	0,00			0,00
Outros	86 180,95	17 905,51		104 086,46
Ativo Intangível em curso				
Total	1 317 509,14	225 458,20	0,00	1 542 967,34

Quadro 5.2 - Ativos fixos tangíveis- Quantia escriturada e variações do período

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Adições (3)	Transferências e internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Variações no período					Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) - (5) - (6) + (7) + (8) - (9) - (10)
					Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural	600,00									600,00
Outros										
Bens de domínio público em curso	600,00									600,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	347 246,76									347 246,76
Edifícios e outras construções	1 661 470,94									1 661 470,94
Equipamento básico	668 980,25	14 103,16								683 083,41
Equipamento de transporte	316 367,34									316 367,34
Equipamento administrativo	246 135,85	9 059,69								255 195,54
Equipamentos biológicos	165 969,96	1 553,02								167 522,98
Outros	1 660,50									1 660,50
Ativos fixos tangíveis em curso	3 407 831,60	24 715,87	0,00							3 432 547,47
Total	3 408 431,60	24 715,87	0,00							3 433 147,47

Nota 6- Locações

A Junta de Freguesia de Alvalade tem apenas um contrato de locação operacional, renovado em 2021, respeitante a impressoras para os serviços e os seus custos são reconhecidos como gasto, conforme a NCP 6.

Quadro 6.2 - Locações operacionais- Locatário

BENS LOCADOS (1)	Valor do contrato (2)	Pagamentos efetuados acumulados (3)				Futuros Pagamentos Mínimos (4)				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos (5)
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas Contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Equipamento informático	43 451,96	1 207,00				14 483,99	8 448,99		22 932,98	

Nota 7- Custo de empréstimos obtidos

Não aplicável.

Nota 8- Propriedades de investimentos

Não aplicável.

Nota 9- Imparidade de ativos

31/12/2022	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade acumuladas	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	84 072,42	28 873,95		55 198,47
Total	84 072,42	28 873,95	0,00	55 198,47

No período em análise, mantêm-se as perdas por imparidade para dívidas de Clientes, contribuintes e utentes no valor de 28.873,95 €.

Nota 10- Garantias

As garantias e cauções são prestadas pelos fornecedores relativamente às empreitadas dos CDC. Em 2022 não existiram novas garantias/cauções.

Código e designação das contas	Saldo da gerência Anterior	Movimento anual	Saldo para a gerência seguinte
Garantias e cauções Recibos para cobrança	141 830,50 €	0,00 €	141 830,50 €
Total	141 830,50 €	0,00 €	141 830,50 €

Nota 11- Rendimento de transações com contraprestação

O objetivo das notas é o de prescrever o tratamento contabilístico de rendimento de transações que tenham uma contraprestação no momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido no momento em que fluam para a entidade benefícios económicos futuros e que possam ser mensurados com fiabilidade.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Código e designação das contas	Rendimentos do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos, contribuições e taxas					
Taxas específicas das autarquias locais	186 354,53			12 182,93	
Prestação de serviços					
Mercados e feiras	383 911,39		28 121,73	56 642,56	
Parques de estacionamento	134 324,37			3 836,25	
TOTAL	704 590,29		28 121,73	60 478,81	

Nota 12- Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação dividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos obrigatoriamente pagos a entidades públicas de acordo com as disposições legais. As transferências são transações que não sejam impostos.

Em baixo encontra-se o detalhe destes rendimentos:

Código e designação das contas	Rendimentos do Período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do Período	Final do Período	
Impostos diretos					
Imposto municipal sobre imóveis	77 178,54			75 812,18	
Transferências e subsídios correntes obtidos					
CML	670 420,05			8 053,61	
DGAL	4 117 331,40				
TOTAL	4 864 929,99			83 865,79	

Nota 13- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em relação aos processos judiciais em curso a 31 de dezembro de 2022, são cinco os casos pendentes, no valor de 159.451,64 €, para os quais não existe uma expectativa fiável do desfecho, pelo que a Junta não constituiu qualquer provisão.

Nota 14- Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Os valores do ativo a receber relativamente às transferências sem contraprestação, foram totalmente recebidos durante o ano de 2022, ficando apenas um valor residual de 1,77 €, respeitante a arredondamentos.

Devedores por transferências e subsídios	31-12-2022	31-12-2021
CDC 2019/2021	1,77	76 921,48
CML - DC - Manutenção espaços verdes (PJGF e Quinta do Narigão)	0,00	213 648,00
Contrato Interadministrativo CML e JFA (taxa turística)	0,00	83 000,00
CML - DC - Azinhaga das teresinhas	0,00	28 576,91
Total	1,77	402 146,39

Nota 15- Instrumentos Financeiros

	31-12-2022				31-12-2021			
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Cobrança duvidosa	Quantia escriturada líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade acumuladas	Cobrança duvidosa	Quantia escriturada líquida
Ativos financeiros ao custo:								
Clientes	84 072,42	28 873,95	-28 873,95	84 072,42	89 814,96	28 873,95	-28 873,95	89 814,96
Outros créditos a receber	101 961,42			101 961,42	99 456,31			99 456,31
Total	186 033,84			186 033,84	189 271,27			189 271,27

Acréscimos de rendimentos

Descrição	31-12-2022
IMI	75 812,18
Auxiliares de Educação	8 053,61
Relatório do FES- CML	17 391,25
Total	101 257,04

O Acréscimo de IMI resulta do reconhecimento do valor que será cobrado em 2023, respeitante ao ano de 2022.

	31-12-2022	31-12-2021
Passivos financeiros correntes ao custo amortizado		
Fornecedores	148 955,49	238 613,53
Outras contas a pagar	802 099,77	761 534,14
Total	951 055,26	1 000 147,67

Nota 16- Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Serviços de alojamento e restauração	11 353,50	0,00
Trabalhos especializados	323 924,53	357 142,56
Publicidade, Comunicação e imagem	12 980,08	991,42
Vigilância e segurança	8 545,49	9 890,31
Honorários	475 943,40	321 855,49
Comissões	6 453,13	7 823,98
Conservação e reparação	1 119 829,42	3 197 473,65
Outros serviços especializados	28 557,16	38 961,26
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	5 878,87	7 865,00
Material de escritório	4 726,77	19 501,87
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	46 537,75	16 568,57
Material de educação, cultura e recreio	43 229,19	84 678,20
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	36 962,55	27 525,52
Medicamentos e artigos para a saúde	909,03	0,00
Outros materiais diversos de consumo	48 628,78	1 360,08
Eletricidade	160 161,95	154 105,89
Combustíveis e lubrificantes	78 673,46	43 608,40
Água	279 962,97	341 921,52
Deslocações e estadas	0,00	7 089,37
Transportes de pessoal	96,00	4 693,17
Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	0,00	12 746,61
Transporte escolar	7 767,50	0,00
Outras deslocações	6 168,00	56 820,02
Rendas e alugueres	24 408,43	18 139,35
Comunicação	46 757,53	45 733,70
Seguros	32 107,06	30 460,82

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
Contencioso e notariado	0,00	0,00
Despesas de representação dos serviços	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	204 984,17	205 525,44
Outros serviços	28 517,51	43 038,50
Total	3 044 064,23	5 055 520,70

Comparativamente a 2021, os Fornecimentos e serviços externos (FSE), no ano de 2022 apresentam uma diminuição 39,79%, correspondente a 2 011 456,47 €, que se deve essencialmente ao facto de durante este ano não terem existido novos Contratos de Delegação de Competências (CDC) assinados com a CML, refletidos na conta de Conservação e reparação.

Nota 17- Benefícios dos empregados

	2022	2021
Gastos com o pessoal		
Remunerações membros órgãos autárquicos	70 846,39	99 462,29
Remunerações Pessoal	1 780 449,48	1 744 976,20
Encargos sobre remunerações	441 613,70	434 117,55
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	25 252,98	20 438,17
Outros gastos com o pessoal	124 348,67	116 591,93
Outros encargos sociais	907,20	1 091,56
Total	2 443 418,42	2 416 677,70

	31-12-2022	31-12-2021
Nº de colaboradores	113	116

Nota 18- Divulgação de partes relacionadas

Durante o ano de 2022, a Junta de Freguesia de Alvalade recebeu do Município de Lisboa, transferências no valor de 670 420,05 € e terá ainda a receber 8.053,61 € respeitante ao mês de dezembro de 2022 das Auxiliares de educação.

Nota 19- Diferimentos

Quanto aos inúmeros investimentos e remodelações em propriedade alheia, realizado pela Junta de Freguesia de Alvalade, estes foram reconhecidos com base na sua respetiva amortização anual, de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2022	31-12-2021
Seguros	7 526,45	7 994,26
Parque de Estacionamento - Mercado Alvalade Norte	99 445,27	107 094,93
Requalificação Exp. Exterior Av. EUA do nº 10 a 48	102 454,26	109 772,42
Adaptação da fração - Rua Conde de Arnoso, nº 5-B	19 014,88	20 373,06
Sistema de Rega automática - Av. EUA	17 686,86	18 950,26
Requalificação dos Logradouros da Rua Mem de Sá	78 068,96	83 645,34
Parque de Estacionamento e Percursos pedonais - Quinta do Narigão	128 401,37	137 572,87
Requalificação campo de jogos - Av. Gago Coutinho	49 390,26	52 918,16
Requalificação do Espaço - Rua Teixeira de Pascoais	25 921,08	27 772,58
Construção de Parque infantil e campo de jogos - Bairro das Murtas	67 713,06	72 549,76
Implementação de percurso acessível - Rua Alberto de Oliveira	15 126,49	16 206,94
Sistema de rega automática - Rua Paul Há	16 027,20	17 172,00
Reformulação da zona de acesso ao ed. Serviços Centrais JFA	17 561,74	18 816,12
Equipamentos infantis - Av. EUA	12 211,08	13 083,30
Pavilhão Municipal da Freguesia de Alvalade	797 518,00	850 685,84
Mercado Alvalade Sul	216 351,15	230 774,59
Reparação do percurso acessível - Rua Alberto de Oliveira	26 688,10	28 467,30
Requalificação de Parques e Jardins	135 571,07	144 609,17
Complexo desportivo S.J. Brito	1 181 155,50	1 254 977,64
Biblioteca - Edifício Manuel Chaves de Caminha	76 469,83	81 249,18
Total	3 090 302,61	3 294 685,72

Nota 20- Rendimentos a reconhecer

O valor do CDC 2019/2021, representa a diferença entre o montante global do contrato e o valor executado a 31 de dezembro de 2022.

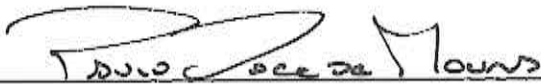
Descrição	31-12-2022
Transferências e subsídios obtidos	
CDC 2019/2021 – CML	76 968,08
Total	76 968,08

Nota 21- Acontecimentos após a data do Balanço

Após o encerramento do exercício e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.


Lisboa, 23 de março de 2023

O Tesoureiro



Paulo Doce de Moura

O Presidente da Junta de Freguesia



José Amaral Lopes

Anexo I- Informação relativa à entidade, período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE			
1. IDENTIFICAÇÃO			
Designação	Junta de Freguesia de Alvalade		
NIPC	510832806		
Natureza	Autarquia Local - Junta de Freguesia		
Endereço postal	Largo Machado de Assis, 1700-116 Lisboa		
Telefone / Fax	(+351) 218 428 370		
Endereço de correio eletrónico	geral@if-alvalade.pt		
Sítio na internet	https://www.if-alvalade.pt/		
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Organograma			
2. LEGISLAÇÃO			
Regime Financeiro	SNC-AP		
Regime Jurídico	Autarquia Local		
3. PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar - opcional)	Sim	Não	
Serviços Municipalizados	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Serviços Intermunicipalizados	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Entidades Intermunicipais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Entidades Associativas Municipais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Empresas Locais	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Empresas Participadas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Cooperativas	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Fundações	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
Entidades de outra natureza	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	
4. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES	Atividades desenvolvidas no âmbito da lei, com vista a prossecução dos interesses próprios da população residente na respetiva circunscrição administrativa.		
5. COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO			
José Amaral Lopes	Presidente - Representação Institucional, Gabinete Jurídico; Cultura e Comunicação		
Ana Rita Gagean de Sousa Guerra Costenla	Vogal Secretário - Gabinete Animal; Educação; Juventude e Saúde		
Paulo Sérgio Duque de Moura	Vogal Tesoureiro - Pelouros Finanças; Recursos Humanos e Desporto		
Miguel Tomás Cabral Gonçalves	Vogal - Pelouros Divisão de Espaço Público e Economia e Inovação.		
Hélder Fernando Simões dos Santos	Vogal - Pelouros Sistemas de Informação; Segurança e Proteção Civil		
Ana Paula Aragão Pires de Carvalho de Mira Coelho	Vogal - Direitos Sociais		
Cristiana Lúcia Camilo Vieira	Vogal - Higiene Urbana		
5.2 NÚMERO DE VOGAIS (1)			
Em regime de permanência.....	7		
A meio tempo.....	5		
Restantes vogais.....	2		
5.3 NÚMERO DE ELEITORES			
Até 10.000.....			
Mais de 10.000 e menos de 40.000.....	X		
Igual ou superior a 40.000.....			
6. ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA			

<p>Software do sistema contabilístico: Aplicação SNC-AP desenvolvida por FRESOFT. Conforme os pressupostos previstos na Portaria n.º 106/2011 de 14 de março, que aprovou o código de contas específico para as entidades do setor não lucrativo. Informações financeiras e/ou económicas Tipo de Informação: Situação financeira, orçamental e tesouraria Periodicidade: Semestral</p>			
7. OUTRA INFORMAÇÃO			
7.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (últimos 5 anos)			
Entidade fiscalizadora			
Data da ação			
Período abrangido			
Identificação da ação			
7.2 APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS			Data de Aprovação
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	05/04/2021	
	Regulamentos		
	Piano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão			
7.3 INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR			Data de Aprovação
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
			02/05/2022
			02/05/2022
Revisão Orçamental			
Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)			
7.4 INFORMAÇÃO RELATIVA A CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS			
Identificação das entidades que compõem o Grupo Público			
7.5 DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA			
(Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)			
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7.6 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS			
(Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)			
- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
7.7 INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)			
- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Contratado por Tempo Indeterminado		Cento e catorze trabalhadores	
Pessoal Contratado a Termo Resolutivo incerto			
7.8 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO		Início do exercício	Fim do exercício
7.9 A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)			
- Data da constituição			
- Entidades associadas existentes no fim do exercício			
- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência			

7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	- Concessionário		
	- Objeto da concessão		
	- Data de celebração do contrato		
	- Período da concessão		
	- Natureza da concessão		
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE	Sim	Não
		<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
	REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

- [1] Anexar no separador "Outros documentos" cópia da ata onde consta a deliberação para fixação do número de vogais
 [2] Anexar no separador "Outros documentos"
 [3] Anexar no separador "Outros documentos" os Estatutos aprovados e demais alterações

Anexo II- Organograma

